

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS INTRÍNSECAS RELAÇÕES COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS

BRAZILIAN EDUCATION AND ITS INTRINSIC RELATIONSHIPS WITH SOCIAL
INEQUALITIES

LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y SUS RELACIONES INTRÍNSECAS CON LAS
DESIGUALDADES SOCIALES

Victória Lúcia Moura Benevides¹ <https://orcid.org/0009-0008-3428-1783>

Wendel Holanda Correia² <https://orcid.org/0009-0008-4679-6290>

Gerbet Dantas dos Santos³ <https://orcid.org/0000-0003-2969-4467>

¹ Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil; victoria.moura@aluno.uece.br

² Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza, CE, Brasil; wendel.holanda@aluno.uece.br

³ Prefeitura Municipal de Fortaleza – Fortaleza, CE, Brasil; gerbetdantas@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa as várias dimensões da desigualdade educacional no Brasil, partindo do estudo de Sampaio e Oliveira (2015) e de repertórios teóricos clássicos e contemporâneos, como Bourdieu, Freire, Saviani, Cury e Dubet. O objetivo é discutir as dimensões das desigualdades sociais no campo da educação na apreensão de obstáculos estruturais que dificultam a garantia da educação como direito de todos. Além da revisão teórica, o estudo apresenta dados de órgãos nacionais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para demonstrar os avanços e as limitações das políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), no enfrentamento das desigualdades. Portanto, a discussão evidencia que, embora o Brasil tenha aumentado o acesso à educação, a equidade ainda é distante, pois o tratamento desigual e os resultados diferentes entre grupos sociais persistem e reforçam as desigualdades históricas.

Palavras-chave: Aprendizagem; Meritocracia; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article analyzes the various dimensions of educational inequality in Brazil, based on the study by Sampaio and Oliveira (2015) and classic and contemporary theoretical repertoires, such as Bourdieu, Freire, Saviani, Cury, and Dubet. The objective is to discuss the dimensions of social inequalities in the field of education in order to understand the structural obstacles that hinder the guarantee of education as a right for all. In addition to the theoretical review, the study presents data from national agencies, such as the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), to demonstrate the advances and limitations of public policies, such as the National Education Plan (PNE), in addressing inequalities. Therefore, the discussion shows that, although Brazil has increased access to education, equity is still a long way off, as unequal treatment and different outcomes between social groups persist and reinforce historical inequalities.

Keywords: Learning; Meritocracy; Public Policy.

RESUMEN: El presente artículo analiza las diversas dimensiones de la desigualdad educativa en Brasil, partiendo del estudio de Sampaio y Oliveira (2015) y de repertorios teóricos clásicos y contemporáneos, como Bourdieu, Freire, Saviani, Cury y Dubet. El objetivo es discutir las dimensiones de las desigualdades sociales en el campo de la educación, abordando los obstáculos estructurales que dificultan la garantía de la educación como un derecho de todos. Además de la revisión teórica, el estudio presenta datos de organismos nacionales, como el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP) y el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), para demostrar los avances y las limitaciones de las políticas públicas, como el Plan Nacional de Educación (PNE), en la lucha contra las desigualdades. Por lo tanto, el debate pone de manifiesto que, aunque Brasil ha aumentado el acceso a la educación, la equidad aún está lejos, ya que el trato desigual y los diferentes resultados entre los grupos sociales persisten y refuerzan las desigualdades históricas.

Palabras clave: Aprendizaje; Meritocracia; Políticas públicas.

Introdução

A educação é um direito social assegurado constitucionalmente, para o qual, os meios de acesso são de competência do Estado. A Constituição Cidadã brasileira, promulgada após o fim da ditadura militar, em 1988, pontua a educação como um dos elementos indispensáveis para suprimento das necessidades básicas de qualquer cidadão. A mesma Constituição também marca, historicamente, discussões acerca da concepção de cidadania e, por conseguinte, amplia as discussões sobre as desigualdades sociais.

Assim, é possível afirmar que a educação é um direito de todos, todavia não é possível negar a existência de desigualdades, sobretudo, quando se é pobre, nativo, negro e/ou morador de regiões periféricas. Ao observar esse contraste, consideramos que, mesmo com os progressos conquistados ao decorrer dos anos, facilmente ilustrados pelo acesso à escolaridade, por exemplo, ainda contamos com inúmeros desafios para as políticas públicas na tarefa de efetivar uma sociedade verdadeiramente democrática e equitativa.

Nesse sentido, pontuamos como principal objetivo deste trabalho discutir as dimensões das desigualdades sociais no campo da educação na apreensão de obstáculos estruturais que dificultam a garantia da educação como direito de todos.

Compreendemos que as discussões sobre desigualdade na educação precisam partir, necessariamente, de três elementos interdependentes: acesso, tratamento e resultados (Sampaio; Oliveira, 2015). Eles nos possibilitam compreender as desigualdades para além do espaço físico da escola, mas também para as condições efetivas de permanência nos espaços de educação, ampliando o olhar sobre a universalização formal da educação básica.

A desigualdade escolar no Brasil é um reflexo de seus processos históricos que promoveram a exclusão e a injustiça por parte da população brasileira, na qual a escola tem a tendência de reproduzir as desigualdades sociais ao legitimar a herança cultural e social das classes dominantes (Bourdieu, 1988). Construir estudos do campo da educação que evidenciam um processo de emancipação crítica por meio de uma educação libertadora (Freire, 1996) nos ajuda a compreender melhor o funcionamento da nossa sociedade. Assim como declara Saviani (2008) e Cury (2002), que contribuem para a reflexão acerca da função histórica da educação no desenvolvimento da democracia e em relação às barreiras políticas educacionais distantes da realidade da população, contribuindo para o reforçamento da perspectiva da educação ser voltada para os interesses da elite, marginalizando a educação das camadas populares brasileiras.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021) revelam saltos importantes para a educação brasileira, como a redução da taxa de analfabetismo e a ampliação de matrículas no ensino fundamental. No entanto, também apontam a permanência de grandes disparidades regionais, étnico-raciais e socioeconômicas, essas por sua vez se manifestam na qualidade do ensino, nos índices de evasão escolar e nos produtos de avaliações nacionais e internacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

Portanto, a relevância deste trabalho habita-se no fato da persistência das desigualdades educacionais comprometerem não somente o direito à educação, mas também o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Assim, realizaremos uma problematização das bases históricas e de estruturas dessa realidade buscando contribuir significativamente para a abertura de debates acadêmicos, formulação de métodos que ampliem a eficácia das políticas públicas, possibilitando a real equidade no sistema educacional brasileiro, e estimular o pensamento crítico não só no meio acadêmico, mas na sociedade como um todo. A seguir abordaremos a metodologia utilizada para a construção dos objetivos do estudo.

Metodologia

Este estudo foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2001), é adequada para investigar fenômenos sociais em sua complexidade. Isso valoriza mais a compreensão e a análise crítica em vez da quantificação. O tipo de pesquisa utilizado foi bibliográfica e documental, fundamentando-se em leituras, análises e

sistematização de referenciais teóricos e dados secundários. A pesquisa bibliográfica baseou-se em autores clássicos e contemporâneos da educação, como Bourdieu (1988), Freire (1987; 1996), Saviani (2008), Cury (2002), Libâneo (2012), Arroyo (2013) e Dubet (2003). Além disso, um artigo de Sampaio e Oliveira (2015), foi essencial para orientar a reflexão. Na pesquisa documental, utilizou-se relatórios e dados estatísticos do INEP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da UNESCO e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a finalidade de buscar, em dados estatísticos oficiais, elementos para construção de um diálogo acerca da educação brasileira.

Esta pesquisa foi inicialmente suscitada durante o curso do componente curricular Política e Planejamento Educacional, no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, possuindo como campo de análise a realidade educacional brasileira e a persistência das desigualdades presentes nela.

Por conseguinte, no que diz respeito aos aspectos éticos, o trabalho seguiu as regras de integridade acadêmica, garantindo que as informações usadas fossem confiáveis e citando corretamente as fontes de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023:2018). Não houve participação direta de pessoas na pesquisa, a investigação foi feita apenas com fontes secundárias. Na seção seguinte, debateremos sobre os resultados obtidos neste estudo.

Resultados e Discussões

A desigualdade no acesso à educação no Brasil é um dos maiores agravantes da exclusão social. Apesar dos avanços acontecidos no país nas últimas décadas, ainda enfrentamos diversos problemas significativos para assegurar a universalização do ensino em todas as etapas da educação básica. Historicamente, a maioria das escolas brasileiras eram restritas às elites, tornando o processo de democratização da educação tardio e desigual. Além disso, ele foi marcado por uma trajetória de reformas fragmentadas e pela ausência de políticas públicas adequadas (Cury, 2002; Saviani, 2008).

Segundo Sampaio e Oliveira (2015), a desigualdade de acesso se relaciona diretamente com o princípio da igualdade de oportunidades, garantindo que todos tenham as condições necessárias para ingressar no sistema educacional, tendo em vista que a educação é um direito de todos assegurado pela Constituição Cidadã de 1988. Contudo, as vagas escolares não garantem que o direito à educação seja totalmente respeitado por vários motivos sendo eles: geográficos, socioeconômicos, raciais, étnicos e de gênero, que influenciam na matrícula e permanência dos alunos.

Desde o período colonial até uma parte do século XX, o Brasil estruturou seu sistema escolar de forma profundamente excludente e elitista. A educação formal se destinava exclusivamente a burguesia, e tinha como objetivo realizar uma formação intelectual, humanística e de liderança para as classes dominantes. Enquanto isso, a educação das camadas populares, quando raramente possuíam acesso a ela, era direcionada apenas para a reprodução de atividades manuais e laborais, favorecendo o sistema capitalista. Diante disso, a escola tornou-se um instrumento de manutenção da ordem social, reafirmando a desigualdade de classes (Saviani, 2008).

A dualidade estrutural da educação brasileira manifestava-se na oferta de uma escola integral, crítica e formativa para os filhos das famílias da elite, em contrapartida a escolarização das classes mais baixas era fragmentada, possuía baixa qualidade e sua organização tinha um direcionamento para os interesses das elites sociais (Saviani, 2008). Essa duplicidade histórica representou não só um reflexo das desigualdades sociais, mas um mecanismo de reprodução dessas. Por isso, é necessário destacar que apesar da Constituição de 1988, a educação não era tratada como direito universal, mas como um privilégio que poucos possuíam e conseguiam usufruir desse direito (Cury, 2002).

Apesar das inúmeras reformas educacionais e da expansão do acesso à educação, sobretudo a partir da década de 90, a herança dessa escola elitista ainda se faz bastante presente. Quando a educação se massifica sem ao menos romper com suas lógicas seletivas, gera-se um paradoxo: a escola democratiza o ingresso, mas mantém os mecanismos de exclusão social utilizando a baixa qualidade do ensino, a precarização das condições de educação e a dificuldade de assegurar a equidade das oportunidades educacionais Dubet (2004).

No caso do Brasil, Freire (1996) contribuiu ao apontar que a democratização da educação só acontece quando o ensino deixa de ser uma prática de domesticação e se torna uma prática de liberdade, a qual as camadas populares se reconhecem como protagonistas de sua formação. Deste modo, o modelo histórico de escolarização elitista consiste em uma exclusão educacional estrutural que, embora diminuída pelo aumento do acesso escolar, ainda é expressada nas desigualdades de qualidade entre as escolas públicas e privadas, nas diferentes regiões do país e na dificuldade de assegurar igualdade de oportunidades.

Ainda que tenham ocorrido alguns avanços importantes na educação conquistados nos últimos anos, segundo o IBGE (2022), cerca de 3 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos continuam fora da escola no Brasil, descumprindo a obrigatoriedade estabelecida pela Emenda Constitucional nº 59/2009. Partindo desse pressuposto, o relatório da UNESCO (2021)

destacou que o Brasil ainda está entre os países latino-americanos com maiores desigualdades de acesso à educação, principalmente no ensino médio.

Mesmo que 97% das crianças ingressem no ensino fundamental, apenas 65% concluem o ensino médio na idade esperada, e a evasão é mais acentuada entre os jovens pobres e negros. Esses dados revelam o que é chamado de “justiça educacional territorialmente desigual”, no qual a probabilidade de uma criança concluir seus estudos depende fortemente do local em que ela nasceu e vive (Arroyo, 2013).

A desigualdade no acesso à educação fica mais evidente quando olhamos para as questões raciais. Dados do INEP (2021) revelam que os estudantes negros têm maiores chances de enfrentar situações de dificuldades na escola, seja pela repetência, evasão, abandono ou desistência. Essa exclusão racial está muitas vezes atrelada à situação socioeconômica, pois as famílias negras estão desproporcionalmente representadas entre as classes mais pobres da população do país. Bourdieu (1988) explica essa realidade usando o conceito de capital cultural, que enquanto famílias de classe média e alta proporcionam desde cedo o acesso à cultura, incentivo a leitura e condições materiais melhores, as famílias de classes abastadas devido às dificuldades financeiras, encontram grandes obstáculos para conseguir garantir a inserção de seus filhos na trajetória escolar de forma contínua. Por conseguinte, a escola, ao invés de promover igualdade de oportunidades para facilitar o acesso a essas classes, em muitos casos acaba reforçando as desigualdades historicamente herdadas.

Outro ponto a ser considerado é o acesso das pessoas com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), possibilitou um aumento significativo na matrícula de alunos com deficiência nas escolas regulares. Todavia, os dados do Censo Escolar (2021) mostram que ainda existem obstáculos para que haja uma efetiva permanência desses alunos. Esses desafios acontecem por questões de ausência de profissionais de apoio, das condições precárias de infraestrutura acessível e em algumas instituições escolares há uma forte resistência em adotar práticas pedagógicas inclusivas.

É importante ressaltar que há também uma desigualdade de gênero no quesito da educação, tanto em seu acesso quanto na sua permanência escolar. Embora as meninas tenham taxas de matrículas um pouco maiores do que em relação aos meninos na educação básica, é notório que existem disparidades que se mostram, de formas indiretas, principalmente quando atrelamos à pobreza. Mulheres jovens em situação de vulnerabilidade, em especial nas regiões Norte e Nordeste, têm mais chances de abandonar os estudos em razão de gravidez precoce ou às tarefas domésticas nas quais são designadas a desempenhar (IBGE, 2021). Esse dado reforça como as desigualdades sociais se entrelaçam e afetam meninos e meninas de maneiras distintas.

Desse modo, assim como ocorre com a desigualdade racial, a condição social também influencia fortemente o caminho educacional das meninas, reforçando mecanismos de exclusão e perpetuando as desigualdades sociais historicamente construídas.

Ao longo dos anos, políticas públicas como o programa Auxílio Brasil e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) tiveram um papel relevante na redução das barreiras de acesso, pois conseguiu redistribuir recursos entre estados e municípios, incentivou a permanência escolar e a melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, a execução dessas políticas tem se mostrado limitada. O plano em questão estabeleceu metas de universalização e de ampliação do ensino em tempo integral, mas os relatórios apontaram que muitas delas estão longe de serem cumpridas (MEC, 2020). A insuficiência de financiamento e a instabilidade política comprometeram significativamente a continuidade das ações, dificultando a consolidação de resultados sustentáveis.

Portanto, ainda que o Brasil tenha avançado consideravelmente no aumento do número de matrículas, as desigualdades do acesso ainda são notórias e persistem de maneira estrutural. Elas se manifestam de maneira interseccional, combinando fatores de classe social, raça, etnia, gênero e território e evidencia que a igualdade formal das oportunidades ainda não corresponde a uma equidade real. Como Dubet (2003) argumenta, a escola democrática deve ir além de abrir suas portas, mas também criar condições propícias para que todos os indivíduos possam ingressar, permanecer e aprender.

Se a desigualdade de acesso mostra as dificuldades que os estudantes enfrentam para ingressar na escola, a desigualdade de tratamento nos revela as diferenças nas condições e oportunidades que os alunos têm dentro do próprio processo de aprendizagem. Isso nos evidencia que, mesmo que todos estejam matriculados, ainda há uma disparidade no quesito de permanência, no desenvolvimento e no aprendizado dessas pessoas. Segundo afirma Sampaio e Oliveira (2015), a desigualdade de tratamento se manifesta em aspectos como a estrutura da escola, a formação e o salário dos docentes, os recursos pedagógicos disponíveis e as condições de aprendizagem. Em suma, não basta garantir que todos estejam na escola, é necessário oferecer condições justas e iguais para que todos possam ter uma educação de qualidade.

De acordo com o Censo Escolar de 2021, dados divulgados pelo INEP, mostram que aproximadamente 30% das escolas públicas no país não possuem uma biblioteca ou sala de leitura, e mais de 40% não têm acesso a conexão de internet de qualidade. As diferenças são ainda maiores quando comparamos com outras regiões, exemplo: enquanto as escolas públicas do Sudeste geralmente têm uma melhor qualidade na infraestrutura, as regiões Norte e Nordeste enfrentam inúmeras dificuldades nesse quesito, mostrando a desigualdade no acesso à educação

em diferentes áreas do Brasil. Assim, percebemos que a análise de Arroyo (2013), aponta que existe um “território educacional desigual”, no qual a origem de nascimento de uma pessoa definirá suas oportunidades acerca do acesso a recursos básicos que ela terá. As escolas públicas do campo, das periferias urbanas ou das comunidades indígenas costumam estar em condições precárias, o que prejudica fortemente o processo de ensino e aprendizagem.

Outro ponto central é a desigualdade na formação e valorização dos professores. Como afirma Freire (1996) destaca que não existe ensino de qualidade sem uma docência valorizada e crítica. No entanto, os professores da rede pública enfrentam jornadas exaustivas, condições inapropriadas de trabalho e baixos salários. Além disso, os docentes muitas vezes se encontram em posição de reféns do sistema capitalista por precisarem adotar práticas pedagógicas impostas pelas escolas, pois essas também são submetidas ao sistema e isso reforça a educação bancária.

Segundo dados da OCDE (2020), o salário médio de professores brasileiros do ensino fundamental é inferior a 50% da média salarial de outros profissionais com nível superior no país. Ademais, segundo os dados do *Teaching and Learning International Survey* (TALIS), em 2018, apontou que apenas 44% dos docentes brasileiros se sentem valorizados pela sociedade, índice esse muito menor que a média internacional. Tal desvalorização compromete a motivação e a permanência de profissionais qualificados na carreira.

A ausência de políticas de formação continuada e de melhores condições de trabalho contribui para a permanência da desigualdade de tratamento, pois enquanto as escolas privadas em sua maioria oferecem professores qualificados e com acesso a uma variedade de cursos de atualização, por outro lado grande parte das escolas públicas periféricas e de áreas rurais sofrem com a carência de profissionais qualificados Libâneo (2012).

A desigualdade também é expressa no acesso de materiais didáticos e recursos tecnológicos. Durante a pandemia¹ do COVID-19, essa situação tornou-se ainda mais evidente, pois milhões de estudantes da rede pública não tiveram acesso a aulas remotas por falta de aparelhos eletrônicos ou internet, enquanto os alunos das redes privadas mantiveram a rotina de estudos normalmente (UNICEF, 2021). Essa disparidade tecnológica aprofunda as desigualdades e compromete gerações inteiras de estudantes, pois o direito à educação não foi assegurado pelas autoridades competentes como consta na Constituição de 1988 o que acarretou em perda de conteúdos, atraso na formação escolar, déficit de aprendizagem, formação superficial e desmotivação em manter o interesse nos estudos.

¹ Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação como pandêmica, por conta da rápida e global propagação da doença. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/>. Acesso em: 30 set. 2025.

Além dos recursos materiais, há também o currículo oculto, ou seja, as práticas pedagógicas que reproduzem preconceitos, discriminações e hierarquias culturais (Apple, 2006). Dessa forma, muitos estudantes de diferentes origens não recebem apenas conteúdos distintos, mas também expectativas de desempenho e reconhecimento social diferenciados. Esse currículo implícito reforça a exclusão e corrobora com a desigualdade de raça, gênero e classe dentro do espaço escolar.

A escola pode exercer uma forma de violência simbólica ao impor valores e códigos culturais da classe dominante como se fossem universais Bourdieu (1988). No Brasil, esse cenário se reflete na marginalização da cultura popular das línguas indígenas e da história afro-brasileira, apesar da existência das leis nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008. A falta de efetivação dessas leis demonstra que a desigualdade ultrapassa o aspecto material, atingindo também o campo simbólico e mantendo hierarquias culturais. Além disso, o ambiente escolar é fundamental para o processo de aprendizado. Pesquisas do Instituto Ayrton Senna (2020) indicam que escolas localizadas em áreas vulneráveis costumam ter maiores índices de violência, evasão escolar e indisciplina, o que torna difícil o desenvolvimento completo e saudável para esses estudantes.

Políticas públicas recentes tentaram suavizar as desigualdades de tratamento, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, 2020) permanente, que estendeu os recursos destinados à educação básica, e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), focado para a inclusão tecnológica nas escolas. Porém, de acordo com Sampaio e Oliveira (2015), os impactos dessas políticas são restritos quando não são acompanhados por técnicas estáveis de implementações e monitoramentos. O PNE (2014-2024) que estabelece metas como forma de valorização dos docentes e visa a melhoria da infraestrutura escolar, segundo os relatórios do MEC (2020) demonstram que grande parte dessas metas propostas pelo PNE estão distantes de serem de fato cumpridas. Há uma descontinuidade de políticas em relação a essas problemáticas devido a troca de governos, isso aprofunda ainda mais as desigualdades de tratamento, o que afeta diretamente o público de estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

Logo, compreendemos que a desigualdade de tratamento denota que, mesmo que haja garantia em relação ao acesso à educação, as condições oferecidas pelo sistema educacional são desiguais, pois os ambientes escolares não possuem infraestrutura adequada, há uma grande desvalorização dos professores, escassez de recursos pedagógicos e as práticas curriculares são excludentes e reforçam a distância para a efetivação da equidade. Como aborda Freire (1987),

estar na escola não é o suficiente, mas é necessário que o ambiente educativo promova o reconhecimento, a dignidade e a emancipação dos alunos.

A desigualdade de resultados educacionais diz respeito às diferenças de aprendizagem, rendimento escolar e trajetórias formativas dos estudantes. Mesmo quando o acesso e o tratamento são assegurados, os resultados variam de maneira significativa entre os grupos sociais, reforçando desigualdades históricas.

Sampaio e Oliveira (2015) apontam que essa dimensão está muito relacionada à igualdade de conhecimentos obtidos durante o percurso escolar. Contudo, as avaliações de larga escala demonstram que a equidade nos resultados permanece como algo distante, pois os estudantes de escolas públicas, de regiões mais pobres e de famílias com menor nível socioeconômico apresentam, em média, desempenhos inferiores em comparação aos alunos de regiões mais ricas que frequentam escolas privadas.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da educação básica (IDEB) são instrumentos de avaliação fundamentais para medir os resultados escolares no Brasil e segundo o INEP (2022), a média nacional do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,8 próxima à meta projetada. No entanto, nos anos finais e no ensino médio, o índice caiu para 4,9 e 4,2 respectivamente, ficando abaixo das metas estabelecidas.

Essa queda progressiva revela que a desigualdade se acentua conforme os estudantes avançam nas etapas de ensino. Além disso, quando é analisado por região, os dados mostram discrepâncias marcantes, visto que enquanto as escolas do Sudeste alcançaram resultados próximos às metas estabelecidas, as regiões do Norte e Nordeste permanecem muito abaixo, confirmando a desigualdade territorial e socioeconômica (INEP, 2022).

O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), aplicado em 2021, avaliou estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental em diversos países e revelou que, no Brasil, 83,9% dos alunos pertencentes aos grupos socioeconômicos mais favorecidos alcançaram níveis adequados de leitura, enquanto apenas 26,1% dos alunos mais pobres atingiram esse patamar, o que representa uma diferença de 58 pontos percentuais, uma das maiores desigualdades registradas entre os países participantes (IEDE, 2025). Isso confirma o que Dubet (2003) afirmava que a escola não é capaz de neutralizar as desigualdades sociais, mas tende a reproduzi-las em seus resultados.

Outro indicador relevante é a taxa de reprovação e evasão escolar que afeta diretamente os resultados. Segundo o IBGE (2021), a taxa de abandono no ensino médio foi de aproximadamente 8%, sendo o maior entre os jovens negros, pobres e residentes em áreas

rurais. Já a reprovação é mais acentuada nos anos finais do ensino fundamental, especialmente em matemática e língua portuguesa, além dessas críticas no desempenho escolar dos alunos.

Bourdieu (1988) explica tal fenômeno por meio da noção de “capital escolar”, segundo a qual estudantes oriundos de famílias com maior capital cultural têm mais facilidade para interpretar as exigências escolares, enquanto os de camadas populares enfrentam desvantagens que se traduzem em reprovação e evasão.

Em adição, as desigualdades de resultados se prolongam para o ensino superior onde o acesso permanece restrito às elites. Apesar da expansão das universidades federais e estaduais e a criação de políticas como o ProUni e o FIES, os estudantes de classes populares ainda enfrentam barreiras para permanecer e concluir seus cursos. A política de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, implementada a partir da Lei nº 12.711/2012, contribuiu para ampliar o ingresso de negros, indígenas e estudantes de escolas públicas no ensino superior. Segundo dados do INEP (2020), em menos de uma década a proporção de estudantes negros nas universidades federais passou de 28% para 50%. Contudo, os desafios de permanência, como a falta de bolsas de assistência estudantil e dificuldades socioeconômicas, ainda comprometem a igualdade de resultados.

Diante desse contexto, é notório que o discurso da meritocracia é frequentemente mobilizado numa tentativa de justificar as diferenças nos resultados, designando que o esforço individual determina essas conquistas escolares. No entanto, Bourdieu (1988) afirma que, a escola tenderá a converter esses privilégios sociais em méritos individuais, como forma de naturalizar a desigualdade estrutural. Diante disso, Freire (1987) alerta que existe uma necessidade de educação libertadora, para questionar essa lógica de meritocracia imposta pela escola e que deve-se substituir a competição individual pela solidariedade e emancipação coletiva desses indivíduos.

A investigação da desigualdade de resultados, mostra que mesmo com os avanços em relação ao acesso e tratamento, os alunos permanecem apresentando rendimentos escolares desiguais em função de suas condições socioeconômicas e raciais. Dados do IDEB e do PISA afirmam essas informações, e revelam que as desigualdades escolares comprometem o potencial para a transformação social na educação. Existem políticas compensatórias, como o Programa Universidade para todos (ProUni), e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e as cotas, que foram alternativas que trouxeram alguns avanços significativos no ingresso de pessoas de classes abastadas na educação superior, mas ainda persiste uma insuficiência diante do tamanho das desigualdades existentes.

O autor Saviani (2008) sintetiza que a educação não é capaz de conseguir sozinha realizar uma transformação na sociedade, e muito menos a sociedade será capaz de mudar sem que haja profundas mudanças na própria educação. Portanto, para que seja possível garantir resultados equitativos, é necessário criar políticas que envolvam a escola, comunidade e governo trabalhando juntos, com foco na justiça social de forma democrática.

As três dimensões apresentadas por Sampaio e Oliveira (2015), sobre o acesso, o tratamento e os resultados, estão fortemente conectadas entre si. Ainda que o acesso tenha aumentado bastante nas últimas décadas, ele não garante que todos possam permanecer na escola de forma constante. As diferenças no tratamento, que aparecem na infraestrutura precária, nas condições de trabalho dos professores e na ausência de recursos pedagógicos adequados, também são fatores que influenciam para que os resultados sejam desiguais. Portanto, apenas a oferta de matrícula não é suficiente para que todos estejam de fato aprendendo da mesma forma.

No campo das políticas públicas, percebemos que houveram avanços importantes. A ampliação da rede de escolas públicas, a fundação do Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica (FUNDEB), o programa de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, as cotas para ingresso no ensino superior e o próprio PNE (2014-2024), são meio importantes para o caminho de uma educação mais democrática. No entanto, os relatórios de acompanhamento do PNE (INEP, 2020), revelam que há diversas metas distantes de serem concretizadas, em especial aquelas que estão relacionadas à melhoria de qualidade de ensino, à valorização do trabalho docente e à diminuição das desigualdades entre as regiões do Brasil.

Partindo de uma análise crítica, é evidente que as camadas das desigualdades na educação do país são profundas e complexas, e por isso é necessário que haja políticas públicas que possam englobar diversas áreas ao mesmo tempo. As três principais áreas são: garantir o acesso de todos à educação, incluindo em especial os que foram historicamente menos favorecidos, trazer qualidade de ensino, investir em infraestrutura adequada, valorizar os profissionais da educação e fornecer materiais didáticos apropriados. Por fim, para que exista uma justiça no quesito dos resultados, se faz necessário políticas públicas que auxiliem na compensação das desigualdades, promover ações contra o racismo e a desigualdade de gênero, e programas incentivadores para a permanência dos estudantes na escola também são alternativas para sanar essas disparidades. Na seção seguinte abordaremos as considerações finais do trabalho.

Considerações finais



Na construção do presente estudo acerca das desigualdades educacionais no Brasil em relação às diferenças no acesso, no tratamento e nos resultados a partir dessas três dimensões propostas por Sampaio e Oliveira (2015), foi possível articularmos outros referenciais teóricos clássicos, como Bourdieu, Saviani e Freire, e contemporâneos como Libâneo, Arroyo e Dubet a fim de compreender como fatores sociais, econômicos e culturais influenciam o processo educativo e a reprodução das desigualdades no sistema escolar brasileiro.

Contudo, atestamos que, embora o país tenha avançado na ampliação do acesso escolar, ainda persistem barreiras estruturais que comprometem tanto a permanência quanto a qualidade do processo educativo. A desigualdade de tratamento expressada em falta de uma infraestrutura digna, desvalorização dos docentes e a ausência da equidade pedagógica, repercute diretamente nos resultados que continuam a refletir as inúmeras desigualdades sociais, econômicas e históricas.

Assim, muito embora o país tenha avançado na ampliação do acesso escolar, ainda persistem as barreiras estruturais que comprometem tanto a permanência quanto o processo educativo. A desigualdade de tratamento, expressada em uma infraestrutura imprópria, a desvalorização dos docentes e a falta de equidade pedagógica, age diretamente nos resultados, que continuam a refletir as desigualdades sociais, econômicas e históricas.

As políticas públicas, como a FUNDEB, as cotas sociais e raciais e o PNE, trouxeram inúmeros avanços importantes, mas ainda são insuficientes. O monitoramento dessas ações mostra que ainda não foram atingidas as metas necessárias e que há uma limitação orçamentária que compromete a consolidação de uma educação cada vez mais democrática.

Concluimos, por fim, que a efetivação do direito à educação exige medidas mais abrangentes e estruturais, capazes de articular inclusão social, valorização da escola pública e justiça educacional. Como destaca Freire (1987), é preciso que a educação se constitua em prática de liberdade, e não de opressão, possibilitando que os indivíduos historicamente marginalizados se tornem protagonistas de sua própria história.

Referências

ABNT. **Informação e documentação – Referências – Elaboração**. NBR 6023, 2018. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018. Disponível em: <https://abnt.org.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://pne.inep.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DUBET, François. **A escola e a justiça: da igualdade às diferenças**. Campinas: Papiрус, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IEDE – INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL. **Desigualdade socioeconômica impacta desempenho em leitura de alunos brasileiros, aponta estudo**. Cubo, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://cubo.jor.br/2025/04/25/desigualdade-socioeconomica-impacta-desempenho-em-leitura-de-alunos-brasileiros-aponta-estudo/>. Acesso em: 28 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: educação 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo escolar da educação básica 2021**. Brasília: Inep, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados do IDEB 2021**. Brasília: Inep, 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Coronavírus disease (COVID-19) pandemic. **Geneva:** WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 22 set. 2025.

OCDE. **Education Policy Outlook: Brazil 2021**. Paris: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/projects/edu/education-policy-outlook/country-profile-Brazil-2021-INT-PT.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da emergência internacional de COVID-19**. OPAS/OMS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>. Acesso em: 30 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Resultados do PISA 2018**. Brasília: OCDE, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Education at a glance 2021**. Paris: OECD, 2021.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 3, p. 633-654, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60121>. Acesso em: 30 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2021/2022: inclusão e educação**. Paris: UNESCO, 2021.

UNICEF. Impactos da pandemia de COVID-19 na educação brasileira. **Brasília: UNICEF, 2021**.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Victória Lúcia Moura Benevides. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). <https://lattes.cnpq.br/4466741027278477>

Wendel Holanda Correia. Graduando em Física pela Universidade Estadual do Ceará e bolsista do Programa de Extensão Mais Ciência na Escola. <http://lattes.cnpq.br/7636130107579081>

Gerbet Dantas dos Santos. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, pedagogo e cientista social pela Universidade Federal do Ceará, professor efetivo da rede municipal de Fortaleza e supervisor no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). <http://lattes.cnpq.br/1962484840617402>

Como citar

BENEVIDES, Victória Lúcia Moura; CORREIA, Wendel Holanda; SANTOS, Gerbet Dantas dos. A educação brasileira e suas intrínsecas relações com as desigualdades sociais. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-16, jan./dez., 2025.